



FONTES DE INFLUÊNCIA SOBRE A *GYMNASTICA* NO BRASIL IMPERIAL¹

José Luiz Finocchio

RESUMO

*Este trabalho analisa, sob o referencial teórico histórico-crítico, a influência militar no processo de inserção da educação física nas instituições educacionais brasileiras no século XIX. Os resultados do estudo permitem afirmar que, no período, o Exército nacional não foi preponderante na formação dos mestres e na função dada à *gymnastica*. Verificou-se que a ação docente estava centrada nos conhecimentos que o professor detinha sobre a *Gymnastica*, tenha sido ele militar ou civil, contrariando o senso comum de uma influência determinante de nossas instituições militares em sua prática.*

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; História; Educação.

INTRODUÇÃO

Entendemos que a educação física/*gymnastica* se estrutura sob dois grandes processos, interligados: o primeiro, fundante, é o processo histórico de constituição das sociedades modernas, sobre o qual se desenvolve o pensamento burguês e onde são estabelecidas suas relações sociais; e outro, institucional, no qual os Estados organizam seus projetos educativos, em atendimento as necessidades sociais, históricas. Procuramos aqui, além do processo histórico de constituição dos *movimentos gymnasticos* desenvolvidos em diversas nações nos séculos XVIII e XIX, identificar instituições cujas ações exerceram significativa influência na educação física desenvolvida no século XIX no Brasil.

Os tipos e metodologias da prática da educação física se fundamentam na constituição histórica de uma dada sociedade e é em sua consideração que se estabelece a proposta metodológica de sua prática. Nesse trabalho, inicialmente, resgatamos a força institucional da Corte portuguesa com o Brasil, por meio de seu aparato administrativo e cultural. Procuramos, aqui, a reflexão historiográfica sobre a influência militar na constituição e na função dada à *gymnastica*².

¹ O presente trabalho não contou com apoio de nenhuma natureza para sua realização.

² Empregamos propositalmente esta terminologia querendo aqui nos referir a uma prática educacional em construção no século XIX para fazer referências às práticas corporais, hoje denominada educação física.

A EDUCAÇÃO FÍSICA SOB A INFLUÊNCIA DE PORTUGAL

Procuramos resgatar uma via de influência muito pouco referida pela historiografia. Moveu-nos a certeza que a nação Brasil tem início em 1822 com a Independência de Portugal, mas os fundamentos de sua origem colonial portuguesa aqui permaneceram. Com efeito, aqui ficou boa parte do seu corpo-dirigente governamental. As Forças Armadas, por exemplo, continuaram compostas por oficiais com formação portuguesa. Portanto, o país herdou uma cultura, uma prática e conhecimentos militares portugueses.

A preocupação com o bem-estar e o cuidado corporal pelos portugueses, já era possível ser observado ao final do século XVIII. Médicos e cirurgiões portugueses consideraram o cuidado com o corpo, a educação física, como de grande importância na saúde e na formação geral. Essa preocupação com o desenvolvimento integral dos indivíduos representou uma mudança sob o entendimento anterior, unicamente de preservação da saúde. Assim, os exercícios físicos extrapolam a sua função básica de saúde física e adquirem uma importante função na formação moral.

Precedidas pela expulsão dos jesuítas, as ideias de reforma do ensino, fomentaram a criação de uma escola para a preparação dos nobres, o *Collegio Real de Nobres da Corte e Cidade de Lisboa* (1761-1837). Seu programa de estudos equivalia ao dos liceus, com disciplinas como: Física, Desenho, Arquitetura Civil e Militar, Óptica, Princípios de Astronomia, Línguas, Náutica e Educação Física, entre outras.

Teve como ideal educacional a formação de um misto de homem de letras e soldado, uma vez que para ser um bom soldado não bastaria a valentia, mas era preciso que o Estado criasse pessoas com vigor e ambição. Em sua proposta curricular, das vinte lições previstas, os exercícios corporais se destacam com cinco lições: dança, esgrima, manejo da espingarda, equitação e nadar (SANCHES, 2003, p.64). A adoção da maioria dessas propostas marcou a introdução das atividades físicas no currículo de uma instituição escolar portuguesa, da qual o Brasil recebeu influências, por meio de portugueses ali formados e que ocuparam os quadros dirigentes da Colônia brasileira.

Apesar da preponderância educacional do *Collegio dos Nobres*³ na formação dos filhos da aristocracia e na composição do oficialato do Exército português e de sua formação física baseada na dança, equitação e, principalmente, na esgrima, o Colégio não teve a exclusividade no preparo para a formação militar.

³ Apesar do ineditismo da proposta educacional na formação de uma elite aristocrática e militar, acabou por ser extinto em 1837, e seus alunos absorvidos pelo Real Colégio Militar, o qual deu origem a Escola do Exército e as Escolas Politécnicas de Lisboa e do Porto.

Essa outra instituição, a *Casa Pia*, fora criada em 1870. Numa primeira fase, de concepção militar, a educação física aí desenvolvida teve a influência de mestres europeus, utilizando-se de exercícios de força, destreza, marcha, corrida, de saltos e de trepar, esgrima, tiro e equitação. Pela sua formação, muitos dos seus alunos foram integrados como oficiais do Exército português.

Com a vinda da Família Real portuguesa em 1808, vieram, entre outros, os mestres de Artes da dança, equitação e esgrima que atuavam no *Real Collegio dos Nobres* e na *Casa Pia*.

O histórico sobre a gênese da educação física em Portugal nos revela a dificuldade enfrentada pelos educadores portugueses em desenvolver um programa de *gymnastica* em suas instituições escolares. Mesmo em sua Academia Militar permaneciam estas dificuldades, daí uma provável razão em se adotar a esgrima como o equivalente de *gymnastica*. É claro que aqui há uma limitação da adoção dos ideais liberais, não só pelos condicionantes políticos e culturais, como o de ordem prática: não havia mestres de *gymnastica* disponíveis, uma vez que Portugal não desenvolveu uma *escola gymnastica*, como outras nações europeias. Em contraposição, a esgrima, como antiga prática de emprego bélico e distintivo de classe, culturalmente inserida na formação da aristocracia portuguesa, foi adotada como educação física. Isso posto, se explica a possível influência portuguesa na educação física de nossas escolas militares, com base na esgrima, praticada pelas suas forças militares.

Como veremos a seguir, a influência portuguesa sobre a *gymnastica* no Brasil se deu pela necessidade de organização das forças armadas na nova sede do Reino e a sistematização da esgrima como meio de preparo físico de seus oficiais. Com a chegada de D. João VI em 1808 são tomadas diversas medidas de segurança, voltadas para a proteção⁴ da Corte lusitana.

Dessa forma, o traslado da Corte portuguesa trouxe novas perspectivas para o ensino no Brasil, como a *Academia Real Militar na Corte e Cidade do Rio de Janeiro*, criada em 1810, tendo sido designado como Professor de Esgrima Scipião Affricano (ALMANAQUE, 1816). Não há nesse documento nenhuma observação quanto a designação de professores ou mestres de *gymnastica*, sob o qual pudéssemos fazer ilações sobre a sua influência, ou de seus discípulos, sobre o ensino nas escolas. Os professores designados foram, tão somente, o de mestres de esgrima.

A Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810 definindo o Estatuto da Real Academia Militar (BRASIL-REINO, 1810), é tomada por parte da historiografia da área da Educação

⁴ Criação: Ministério de Negócios da Marinha e Ultramar; Ministério de Negócios Estrangeiros e da Guerra; Arquivo Militar. Além dessas, foram criadas ou recriadas unidades militares como: Corpo da Brigada Real do Brasil; a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia; o 19º Regimento da Cavalaria e a Brigada Real da Marinha.

Física como base da relação do Exército com a *gymnastica* no Brasil. Contudo, ainda não se trata do ensino e, muito menos, da prática da *gymnastica*, mas sim da *esgrima*. A esgrima pode ser considerada como um componente da Educação Física, mas não necessariamente com o sentido geral de *gymnastica*.

Com a prática da esgrima, a Academia Real Militar instalada no Brasil é representativa dessa influência no preparo físico:

O *Almanaque* de 1816 apresentava a seguinte composição da Academia Real Militar: na junta de direção continuavam Francisco de Borja Garção Stockler [...]. Ainda constavam os nomes do tenente Eduard Colville, professor de Língua Inglesa, e Scipião Affricano, professor de Esgrima. (OLIVEIRA, 2005, pp 212-3).

Anos após a sua criação, observamos que a Escola ainda não disponibilizara a *gymnastica* como elemento de ensino e prática, restringindo-se à esgrima ministrada por Scipião Affricano, presumivelmente um professor civil.

Como veremos a seguir, mesmo constituída a nossa Independência política, a prática de esgrima e natação, foram a formas que predominaram o preparo das nossas forças armadas, sem que houvesse a introdução da *gymnastica*, uma prática já amplamente utilizada pelos europeus.

A EDUCAÇÃO FÍSICA SOB A INFLUÊNCIA MILITAR

Constituído o Império Brasileiro pela Proclamação da Independência em 1822, buscou-se uma recomposição das Forças Armadas nacionais mediante a contratação de mercenários recrutados entre civis e experientes militares europeus. Dentre estes encontrava-se Guilherme Luiz de Taube, com grande conhecimento sobre a *gymnastica*. Em 1841 foi contratado como o primeiro professor de *gymnastica* do Imperial *Collegio* de Pedro II. Sua efetivação é anterior, até mesmo, a contratação de um mestre de *gymnastica* na Escola Militar. Esse fato é de grande relevância, pois ajuda a desconstruir uma interpretação da historiografia da área de Educação Física que trata da preponderância da iniciativa de nossas instituições militares sobre a *gymnastica* escolar.

As condições de instrução pública no Brasil colonial eram insuficientes, senão quase nenhuma. A expulsão dos jesuítas e as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal estão intimamente relacionadas ao pensamento burguês e às revoluções desenvolvidas nas ciências, filosofia e na cultura, e marcam o abandono da escolástica e a aclamação da educação como um instrumento de formação dos cidadãos e desenvolvimento nacional.

Deve-se considerar a carência do ensino no início do século XIX e a dificuldade em se prover as escolas de professores. Em consequência da crônica deficiência de mestres, o Estado, por meio da Portaria de 1823, requisitou oficiais do Exército para atuarem como professores. A Portaria solicitou o envio de soldados e ou oficiais inferiores para aprenderem o método mútuo na Corte e tornarem-se professores em seus locais de origem. Daí serem feitas inferências com o que estabelece seus estatutos, de que seus professores deveriam ser, de preferência, oficiais de distintas luzes e, daí, a possibilidade – plausíveis, mas de difícil comprovação – de que seus soldados ou oficiais inferiores pudessem exercer a função de mestre/professor de *gymnastica*.

O regulamento da Academia Real Militar⁵ tinha o programa de seu curso fundamentado no modelo de instituições europeias, em especial na Universidade de Coimbra e na Escola Politécnica de Paris, com matérias básicas e de cunho prático.

Em 1831 é reformado o plano de estudos da Academia Militar e é anexada à Academia de Marinha, tendo o novo Instituto recebido o nome de *Academia Militar e de Marinha*.

Em 1839, sob novo estatuto, a Academia foi denominada *Escola Militar*, sendo previsto um *oficial instrutor* responsável pelo comando das companhias de alunos a ministrar instruções práticas das Armas: “o horário semanal previa tempos para exercícios de Infantaria e Cavalaria, equitação, manobras, esgrima, formação e condução das equipagens de campanha, de sítios e de pontes militares” (CASTRO, 1990, p.110).

Apesar de estar aqui incluída a prática da esgrima, não se configura nisso uma prática de *gymnastica*.

Em 1845, os Estatutos da Escola Militar dispunha:

Art. 8º - Haverá anexas á Escola Militar, Escola de Equitação e Esgrima, vencendo os seus Professores as gratificações que o Governo julgar conveniente arbitrar-lhes, não excedendo a metade do Ordenado dos Lentes. (BRASIL, 1845)

A Academia Militar, também neste momento, não trouxe em seu Regimento a *Instrução Física*, de forma que pudesse lhe conferir um pioneirismo incontestado na organicidade da Ginástica ou mesmo na Educação Física nas escolas. Escolas como o Imperial *Collegio* de Pedro II, além do Colégio de S. Pedro de Alcântara, Colégio de Santa Cruz, Lyceu Roosmalen (ALMANAK LAEMMERT, 1848 a 1852) e muitos outros, anteriores às Escolas Militares, tiveram em seus programas aulas de esgrima e de *gymnastica*.

⁵ Em 1822, com a Proclamação da Independência, a Academia Real passa a ser denominada *Imperial Academia Militar*.

No ano de 1858 a Academia Militar foi denominada *Escola Central*, e foi nomeado Antonio Francisco da Gama, mestre de esgrima, para dar aulas aos Oficiais de então, concomitante às suas aulas no Imperial *Collegio* de Pedro II. Nota-se, como característica inicial das Escolas Militares no Brasil, como foi dito, a prática da esgrima e não, propriamente, da *gymnastica*.

Apesar da Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra da Corte, contabilizar em 1858, 92 alunos que frequentavam as aulas de *gymnastica* (BRASIL, 1859).

A incidência de aulas de desenho, geometria mecânica e ginástica não parecia obedecer a alguma determinação legal, mas devem ter surgido por iniciativa de oficiais que serviam naqueles locais. Quanto aos professores dessas aulas, não eram necessariamente militares (ALVES, 2000, p.242).

Conforme Cunha (2006), com a reforma estabelecida em 1858, a formação de oficiais desdobrou-se em duas escolas: uma, a Escola Militar que passou ser denominada por *Escola Central*, como vimos, e outra, na qual a Escola de Aplicação do Exército foi transformada, na *Escola Militar e de Aplicação*. O *Almanak Laemmert* (1861, p.247) informa que Pedro Guilherme Meyer, Alferes do Estado Maior de 2ª Classe havia iniciado suas atividades no ano de 1861. Contudo, Pedro Orlandini, Mestre de Esgrima da Escola Militar, assumiu em 1860 como Mestre de *Gymnastica* na Escola de Marinha, além de Esgrima, da qual já era mestre desde 1844 (ALMANAK LAEMMERT, 1845, p. 113).

Como verificamos, nos anúncios publicados no *Almanak Lammert*, os professores de esgrima e de *gymnastica*, com origem declarada de militares, não chegavam a ser a metade dos anunciados, o que nos causa dúvidas sobre o viés militarista dado a origem da educação física no Brasil. Por outro lado, professores que ministravam aulas de esgrima e *gymnastica* na Academia Militar, entre eles o mais longevo – Pedro Orlandini – eram professores de vários saberes, além da esgrima e da *gymnastica*: Línguas (italiano, francês, inglês), dança, etc.

Além da improvável possibilidade de influência direta das escolas militares sobre a *gymnastica* nas escolas do Império, devemos também ter em consideração a incorporação de estrangeiros nas forças armadas, em diferentes momentos.

Em 1823, após a Proclamação da Independência, o Brasil viu suas forças armadas reduzirem drasticamente com o retorno a Portugal da oficialidade e praças de três divisões dispostas na Bahia, Rio de Janeiro e Cisplatina. Frente à necessidade de se defender das ameaças portuguesas e de republicas vizinhas, e ainda de revoltas internas, o Império decidiu pela contratação de estrangeiros para recompor as forças brasileiras.

Sob influência da descendência austríaca da arquiduchessa D. Leopoldina, deu-se preferência aos prussianos na composição do Regimento de Estrangeiros, criado por decreto em 8 de janeiro de 1823. Além de mercenários alemães, o Regimento foi composto também por irlandeses e suíços. Extinto o Regimento em 13 de outubro de 1824, em seu lugar foram criados dois Batalhões de Caçadores que atuaram no Rio Grande do Sul, na Guerra Cisplatina, em 1825-28.

Guilherme Luiz de Taube, sueco, o primeiro professor de *gymnastica* do Imperial *Collegio* de Pedro II (1841), ocupou a posição de capitão. Tratava-se de europeus com experiência militar que se incorporaram ao Exército Imperial. Portanto, é razoável concluir que sua experiência de *gymnastica* originou-se na Suécia e não no Exército Imperial. Taube teve, inclusive, a influência da América do Norte, quando exerceu o cargo de mestre em um colégio *gymnastico* de Nova York. De Simoni (1832), presidente da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, informa que, anterior a sua contratação no *Collegio* e na Escola Militar, Guilherme Luiz Taube demonstrara ter amplos conhecimentos da *Gymnastica*, a ponto de querer estabelecer em 1832 uma escola de *gymnastica* no Brasil.

Em 1851-52, na Guerra contra Oribe e Rosas, o Império Brasileiro contratou uma Legião Prussiana – Os *Brummer* – composta de um Regimento de Infantaria, um Regimento de Artilharia e duas Companhias de Pontoneiros. Finda a guerra, muitos desses imigrantes se fixaram como colonos no Rio Grande do Sul. Quando da Guerra do Paraguai, em 1865-70, muitos veteranos e filhos de veteranos *brummer* e outros alemães e descendentes foram recrutados para defender o Império Brasileiro.

O *brummer* Coronel Pedro Guilherme Meyer, natural de Baden, participou da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Além de instrutor de esgrima e de manejo de armas especiais da Escola Militar da Praia Vermelha, foi professor de *gymnastica* no Imperial *Collegio* de Pedro II (1857 a 1876).

Sem afirmarmos que o militarismo atribuído à origem e prática da *gymnastica* estivesse na formação de seus mestres, ou mesmo na experiência propiciada nos quartéis onde alguns deles serviram, esse viés inegavelmente está presente. É consensual que a educação física moderna, a ginástica particularmente, tem em sua origem a marca da necessidade de defesa dos estados nacionais europeus em formação.

Humanistas, como Pier Paolo Vergerio (1370-1444), já haviam concebido a educação do corpo em estreita relação com a educação militar, mesmo porque se tratava da educação proposta na formação de um príncipe, ao qual caberia futuramente comandar tropas e a desempenhar a função de guardião do Estado, em paz ou em guerra. Para Vergério, a

educação física tinha por função o desenvolvimento físico militar. Enea Silvio Piccolomini (1405-1464), tal como Vergério, dá a seu tratado pedagógico um caráter eminentemente militar, em atenção à formação de príncipes que, frequentemente, teriam que usar seus conhecimentos no campo da batalha.

Desde o Renascimento a preocupação com a formação dos nobres em dar-lhes uma educação militar, se prende à própria questão da formação dos Estados Nacionais, o de garantir a sua segurança. Segurança aqui não é mais para o senhor feudal que defende o seu feudo, mas de um rei com a preocupação em defender os seus domínios.

Na fase em que se caracterizou a dissolução da sociedade feudal, apresentou-se outro problema: a própria constituição das forças armadas. Não bastaria a sua formação como “soldados”, como o foram os cavaleiros feudais. Com o incremento das armas de fogo, a Cavalaria se transforma numa área secundária da guerra e a artilharia se sobrepõe e ganha uma nova função. Os exércitos não podem mais ser recrutados com os cavaleiros e com os barões, tampouco podiam dispor do serviço militar prestado pelo vassalo ao seu suserano, por certo tempo. Os Estados começam a constituir seus exércitos, basicamente, por mercenários. Constituídos os Estados Nacionais, o problema é outro: tem-se que formar um soldado que seja ele próprio imbuído deste espírito nacional. É, em sua formação, que surgem as Academias Militares.

Contudo, a educação física desses militares ainda prendia-se às formas tradicionais e cavaleirescas de preparo físico, tais como os jogos de guerra, as lutas e a esgrima. A *gymnastica*, com ênfase desportiva e militar, só foi retomada no final do século XVIII, na Europa, com o alemão Johann-Cristoph Guts Muths (1759-1839), pela obra *Gymnastik für Jugend*, e Francisco Amorós y Ondeano (1769-1849), espanhol naturalizado francês.

A Alemanha, de forma tardia, só no século XIX se constituirá como nação. Por questão do estabelecimento de fronteiras territoriais, de guerras, a questão de segurança e de formação militar prevalece sobre as funções dadas à *gymnastica* em outros Estados Nacionais. Johann Friedrich Ludwig Jahn (1778-1852), nacionalista alemão, é o nome que mais se destaca na história da formação da ginástica moderna. Sua proposta de *gymnastica* foi adotada pela sociedade alemã, destacando-se o fomento de civilidade, de unidade e de preparo físico na formação de cidadãos-soldados.

A adoção dessas práticas nas instituições militares e civis da sociedade europeia faz parte do esforço burguês para a construção de um novo homem e de uma nova sociedade.

A inclusão da *gymnastica* como prática regular de nossas forças armadas e, a própria constituição do Exército Nacional, revelam o percalços enfrentados pelo Brasil em sua constituição como nação moderna.

Desde a Independência do Brasil, houve um “descaso” do Império para com o Exército, provocada pela presença de portugueses no oficialato e a indisciplina dos soldados, consideradas como uma ameaça à estabilidade do Império. A Guarda Nacional, criada em 1831, teve a competência de “[...] defender a constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar ou estabelecer a ordem e a tranquilidade pública, e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas” (BRASIL, 1831, p. 50).

Estudos sobre a historiografia militar enfatizam a marginalidade política do Exército no aparato estatal do século XIX. Conforme Almeida (2010), autores como Samuel Guimarães da Costa, João Batista Magalhães, Nelson Werneck Sodré, entre outros, destacam três pontos principais da má organização das tropas brasileiras:

O recrutamento forçado, a captura de homens que constituía recurso constantemente empregado de arregimentação e trazia para a tropa indivíduos sem qualificações mínimas para atividades militares; a insuficiência e mesmo ausência de treinamento físico e técnico dos soldados; e a aplicação frequente de castigos corporais como meio de disciplina (p.2).

Sob o entendimento de Almeida (2010), a mobilização do soldado deve ser entendida sob a consideração de que o Brasil constituía-se numa sociedade armada, formada por senhores proprietários de terras e escravos, que resolviam os seus conflitos através das armas. Os homens se capacitavam ao emprego de armas, independentes do Estado. Para Almeida (2010), justifica-se pensar os seguintes procedimentos na sua formação:

A aprendizagem doméstica do uso de armas, posto que era responsabilidade de cada homem saber manejá-las, dispensando-se o aprimoramento da capacidade de lutar já adquirida na aprendizagem familiar ou comunitária; a valorização da força muscular e não de habilidades corporais físicas de atender à convocação do senhor, o que tornava desnecessário o treinamento físico sistemático; o acionamento das relações de dependência pelo senhor para reunir os homens e fazê-los atuar a seu serviço.

Esse modo de atuação armada não necessitava modificar o corpo do homem chamado à luta, não exigia o aprimoramento de sua capacidade técnica em atirar com arma de fogo ou manejar armas brancas (uma faca, por exemplo) e nem majorar suas capacidades físicas com exercícios corporais (p.3).

No entanto, sob esse juízo, podemos fazer algumas reflexões que nos ajudam a desnaturalizar essa forma de recrutamento: não havia uma formação regular e profissional na organização de nossas forças de defesa e das instituições encarregadas de capacitá-las; havia a necessidade de uma educação física e moral, no sentido de contribuir com a formação do

cidadão e da consolidação do Estado burguês e da burguesia enquanto classe. Parafraseando Marx, não basta que os chamemos de burgueses, é preciso que o sejam. (MARX, 2007, p. 476).

Além disso, a classe dominante procurava manter seus filhos distantes do serviço militar.

Em 1865 teve início o recrutamento forçado para formação dos Corpos de Voluntários da Pátria, contudo a classe dominante tinha diversos recursos para se esquivar do confronto. Os que dispunham de maiores recursos, utilizavam-se de doações, equipamentos. Escravos eram “dispensados” pelos seus senhores para incorporarem a Guarda nacional e os Corpos de Voluntários, para lutarem em seu lugar ou de seus filhos. Conforme Toral (1995),

A compra de substitutos, ou seja, a compra de escravos para lutarem em nome de seus proprietários, tornou-se prática corrente. Sociedades patrióticas, conventos e o governo encarregavam-se, além disso, da compra de escravos para lutarem na guerra. O Império prometia alforria para os que se apresentassem para a guerra, fazendo vista grossa para os fugidos (p.292).

Verificou-se grande dificuldade frente à necessidade da organização do Exército Brasileiro, quando do conflito com o Paraguai, iniciado em 1864. Esse contingente encontrava-se desestruturado e sem capacidade para o enfrentamento ao Exército do Paraguai que avançava pelas províncias de Mato Grosso (1864) e do Rio Grande do Sul (1865).

Portanto, essa desorganização na manutenção de um efetivo profissional no Exército, implicou também no despreparo da tropa, na dificuldade de recrutamento e, ainda, pelos fracos laços de cidadania que unia a população ao Estado.

A educação física sistemática dos contingentes recrutados não se constituía numa prática regular das nossas tropas. Instituições educacionais, como o Imperial *Collegio* de Pedro II, adotaram a prática sistematizada da *gymnastica* na formação de seus alunos, antes mesmo de sua adoção na Escola Militar.

O fortalecimento do Estado brasileiro coincide com a prática regular da educação física na área militar e no ensino público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu conjunto, essas bases nos fornecem um arcabouço da inserção da *gymnastica* no Período Imperial, durante o século XIX, e projetam o conhecimento sob as condições de sua constituição no Brasil.

Buscamos identificar o alcance da influência militar na disseminação da *gymnastica* no Brasil Imperial.

Inicialmente, através de Portugal, a matriz sobre a qual se erguia todo o aparato burocrático e cultural da Colônia brasileira, observamos que o *Collegio Real de Nobres da Corte e Cidade de Lisboa*, enquanto instituição destinada ao preparo dos filhos da aristocracia portuguesa para a ocupar os altos postos administrativos do Reino, inclusive militares, privilegiou a prática da esgrima enquanto atividade física educacional dos seus alunos.

A esgrima, como visto, constituiu-se em uma prática da aristocracia cujas raízes estão em sua formação bélica e cavaleiresca. No momento em que se dá o seu emprego no *Collegio dos Nobres* ela se reveste também de um sentido de modernidade, na medida em que se trata de uma tentativa, em meio às Reformas pombalinas em Portugal, de preparo da aristocracia e de modernização de sua formação, sob as ideias iluministas, de formação de um novo homem para uma nova sociedade.

Buscou-se a formação moral da nobreza, tal como descrita por Cunha (1986), de “dar-lhe novas funções na direção e na segurança do Estado, conforme os interesses da burguesia” (p. 52).

Portanto a esgrima, além de prática identificadora de classe, tinha por função também o seu preparo militar.

Com a vinda da Família Real em 1808 e a organização da *Academia Real Militar na Corte e Cidade do Rio de Janeiro* tem-se a organização de escolas militares no Brasil. Mestres de esgrima são empregados para o preparo físico de seus alunos, entre eles o mestre d’armas francês Alexandre Guery, do quadro de professores do *Collegio real de Nobres*. É, pois, pela prática da esgrima que a educação física ingressa no Brasil, como preparo físico dos oficiais militares. Essa forma perdurará em nossas Forças Armadas até a segunda metade do século XIX, quando será introduzida a *gymnastica*, com a contratação de mestres de *gymnastica*.

O recrutamento de civis para as forças armadas era feita sob o entendimento de que o Brasil constituía-se numa sociedade armada, formada por proprietários de terras e escravos. Nesse entendimento (ALMEIDA, 2010), não havia a necessidade de um treinamento físico sistemático e nem de aumentar suas capacidades físicas com exercícios corporais.

A inserção da *gymnastica* nas Escolas Militares é feita num momento de organização e profissionalização do Exército, próximo à Guerra com o Paraguai, com a designação do civil Pedro Orlandini na Escola de Marinha de mestre de esgrima e de *gymnastica* em 1860 (ALMANAK LAEMMERT, 1861, p. 233) e do Alferes Pedro Guilherme Meyer, como mestre de *gymnastica* na Escola Militar e de Aplicação do Exército, em 1858 (ALMANAK LAEMMERT, 1862, p. 253). Neste propósito, a *gymnastica científica* tem por função o

preparo físico dos seus componentes, havendo uma íntima associação de seus propósitos com o *fazer* militar. Portanto, apesar de ter sido introduzida, como uma prática regular, posterior a inserção nas escolas civis, em particular, no Ensino Secundário (Imperial *Collegio* de Pedro II, Colégio de S. Pedro de Alcântara, Liceu Roosmalen, entre outros), ela se reveste de um sentido utilitário à medida que tem por propósito o preparo dos recrutas para a ação militar.

Neste fazer, do mestre de *gymnastica* nas escolas militares, não se tinha como prerrogativa a formação militar dos mestres, mas apenas o seu conhecimento objetivo, técnico, sobre o conteúdo a ser ministrado. Essa constatação reforça o nosso entendimento de que a introdução da *gymnastica* em nossas instituições educacionais, sejam elas militares ou civis, era feita com base no saber do mestre contratados, entre os raros professores disponíveis, e não em sua profissão anterior. Da mesma forma, podemos entender que este saber, do mestre de *gymnastica*, era adquirido em diversas circunstâncias históricas a que cada mestre havia vivenciado, e não necessariamente a uma origem comum, militar.

SOURCES OF INFLUENCE ON GYMNASICA AT THE TIME OF BRAZILIAN MONARCHY

ABSTRACT

The paper analyzes, in the light of the Critical Historical theory, the military influence on the process of inserting physical education in Brazilian educational institutes in the 19th century. The results of the study lead to infer that the national Army was not preponderant in the formation of teachers or in the function attributed to Gymnastica in the period. The teachers' actions, regardless of their condition as civilians or military service members, were centered in their knowledge on Gymnastica. This fact is opposed to the common sense, according to which there is a dominant influence of our military institutions on the practice of Gymnastica.

KEYWORDS: Physical Education; History; Education.

FUENTES DE INFLUENCIA SOBRE LA GIMNACIA EM EL BRASIL IMPERIAL

RESUMEN

Este trabajo analiza, basado en el referencial teórico histórico-crítico, la influencia militar en el proceso de inserción de la educación física en las instituciones educativas brasileñas en el siglo XIX. Los resultados del estudio permiten afirmar que, en el período, el Ejército nacional no fue preponderante en la formación de profesores y en la función atribuida a gimnasia. Se verificó que la acción docente estaba centrada en los conocimientos que el profesor tenía sobre la Gimnasia, fuese militar o civil, contrariando el sentido común de una influencia determinante de nuestras instituciones militares en su practica.

PALABRAS CLAVES: Educación Física; História; Educación.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAK *Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1845- Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert.

_____. *Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1845*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert.

_____. *Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1861*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert.

ALMANAQUE para o Rio de Janeiro para o ano de 1816. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. V. 268. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, julho/setembro de 1965. pp. 322-323.

ALMEIDA, Adilson José de. História da Educação Física no Exército Brasileiro: História do Corpo e Formação do Estado. In: *Recorde: Revista de História do Esporte*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dezembro de 2010. pp. 1 a 16. Disponível em: http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV3N2_2010_12.pdf Acesso: 28 jan 2013.

ALVES, C. M. C. *O Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. 2000. Tese (Doutorado em Historia Social) - Programa de Pós-Graduação em Educação em História Social, USP, São Paulo, 2000.

BRASIL-REINO. *Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810. Crea uma Academia Real Militar na Côrte e Cidade do Rio de Janeiro. Collecção das Leis do Brazil de 1810*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRASIL. *Lei nº 18, de Agosto de 1831. Crêa as Guardas nacionaes e extingue os corpos de milícias, guardas municipaes e ordenanças. Collecção das Leis do Império do Brasil de 1831 – Primeira Parte*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

_____. *Decreto n. 404 de 1 de março de 1845. Manda executar provisoriamente os Estatutos da Escola Militar em virtude do Art 15 §2º da Lei de 15 de Novembro de 1831. Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1845 - Tomo VIII. Parte II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1846

_____. *Relatório do Anno de 1859 do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, apresentado à Assembleia Geral Legislativa em 1859*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859.

_____. *Relatório do Anno de 1863 do Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, Pedro de Araujo Lima, apresentado a Assembleia Geral Legislativa – 1ª Sessão - em 1 de janeiro de 1864*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1863.

CASTRO, M. R. *A Educação Physica e a gesta nas Theses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro nos anos 1850*. 2002. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2002.

CUNHA, L. A. *A Universidade Temporã*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.

DE SIMONI, L. V. de (1792-1881). *Relatorio sobre huma memoria do Sr. Guilherme Luiz Taube acerca dos effeitos physicos e moraes dos exercicios gymnasticos*: lido na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 1832.

MANACORDA, M. A. *Historia da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1989.

OLIVEIRA, J. C. D. *João VI: Adorador do Deus das Ciências? A Constituição da Cultura Científica no Brasil (1808-1821)*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

SANCHES, A. R. *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. Universidade da Beira Interior. Covilhã – Portugal, 2003.

TORAL, A. A. de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. *Estud. avançados* [online]. 1995, vol.9, n.24, pp. 287- 296.